LUÍS FELIPE FREIND DOS SANTOS

**Requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema do CPC:
interesse recursal**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

LUIS FELIPE FREIND DOS SANTOS

**Requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema do CPC:
interesse recursal**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Walter Piva Rodrigues.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Santos, Luis Felipe Freind dos
Requisitos de admissibilidade dos recursos no
sistema do CPC: interesse recursal ; Luis Felipe
Freind dos Santos ; orientador Walter Piva Rodrigues
-- São Paulo, 2020.
172
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direito. 2. Processo civil. 3. Recursos. 4.
Requisitos de admissibilidade. 5. Interesse
recursal. I. Rodrigues, Walter Piva, orient. II.
Título.

Nome: SANTOS, Luís Felipe Freind dos

Título: Requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema do CPC: interesse recursal

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para a pequena Maria, a causa superveniente
de todas as coisas boas.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação é um processo que se inicia antes do ingresso no mestrado, pois demanda a consolidação de um conhecimento que se acumula desde a formação menos especializada e a agudeza de um espírito acadêmico que se constrói aos poucos e ao longo dos anos. É também um labor apenas aparentemente solitário, visto que para sua conclusão é necessário contar com o apoio de muitas pessoas. A estas sou profundamente grato.

Primeiramente, agradeço à minha família. Aos meus pais, Paulo Roberto e Isabel Cristina, por me estimularem a curiosidade e a busca pelo conhecimento desde jovem, e por investirem em mim, não apenas materialmente, mas também com seu precioso tempo, carinho e dedicação. Agradeço à minha amada esposa Luana, incentivadora constante do meu desenvolvimento e companheira em todos os aspectos da minha vida, agora plena de significado com a chegada da nossa Maria.

Agradeço também aos integrantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ao meu orientador, Professor Walter Piva Rodrigues, por me aceitar como discípulo, ser sempre solícito em me receber e gentilmente esclarecer meus questionamentos, propondo reflexões. Sou grato também aos demais professores com quem tive oportunidade de aprender ao longo das disciplinas do mestrado, em especial ao Professor Paulo Henrique dos Santos Lucon, que me acolheu inicialmente como aluno ouvinte, acompanhou meu progresso como aluno regular e conferiu preciosos conselhos na banca de qualificação.

Agradeço, ainda, aos assistentes do meu orientador, Professores Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo, Júlio César Bueno, Luiz Guilherme Dellore, Daniel Guimarães Zveibil e Marco Antônio Perez de Oliveira, que contribuíram muito para o amadurecimento dos meus pensamentos ao longo dos seminários, debates e comentários aos trabalhos escritos nas disciplinas ministradas pelo meu Orientador.

Também agradeço ao corpo de funcionários da Faculdade, sempre cordiais, em especial à senhora Raquel Lima de Matos, que tantas vezes me auxiliou na biblioteca departamental de processo civil, e à senhora Maria dos Remédios da Silva, pelas valiosas orientações de formatação bibliográfica.

Agradeço, igualmente, à professora Rita Maria da Costa Dias Nolasco, por me encorajar ao aprofundamento do estudo do Processo; à Dra. Fernanda Machado Pillar, pelos diversos debates teóricos e concretos sobre Processo Civil nos últimos anos e pelo relevante

material bibliográfico a que me deu acesso; aos Drs. João Guilherme de Moura Rocha Parente Muniz e Gabriel Augusto Luís Teixeira Gonçalves, com quem tive a honra de dividir não apenas o Gabinete da Divisão de Assuntos Fiscais da PRFN³, mas também as angústias e reflexões sobre o funcionamento de uma Advocacia Pública e um Judiciário mais acessível, justo e efetivo.

A todas essas pessoas e a tantas outras que me auxiliaram nesse processo, meu enorme obrigado.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

(João Guimarães Rosa, 1956)

RESUMO

SANTOS, Luís Felipe Freind dos. *Requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema do CPC: interesse recursal*. 2020. 172p. Dissertação (Mestrado em: Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho trata dos requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema do Código de Processo Civil de 2015, com enfoque sobre o interesse recursal. Parte da distinção entre admissibilidade e mérito, e ressalta a importância daquela para os valores fundamentais da efetividade e da segurança jurídica. Traça um paralelo entre os pressupostos ao julgamento do mérito em primeiro grau – pressupostos processuais e condições da ação – e os requisitos de admissibilidade recursal, e propõe uma classificação para esses últimos. Analisa a possibilidade de saneamento dos vícios de admissibilidade recursal e à sujeição dos requisitos de admissibilidade às convenções processuais pelas partes. Em seguida, aprofunda o estudo sobre o interesse recursal, situando-o no sistema com base na ideia utilitarista de interesse para o Direito e para o Processo. Examina o interesse recursal através dos seus elementos, quais sejam, a necessidade e a utilidade. Essa última é estudada sob a perspectiva de cada um dos legitimados e das questões peculiares que suscita, indagando-se a suficiência do critério da sucumbência, com o objetivo de conferir-lhe uma aceção adequada. Por fim, analisa o interesse recursal em sua relação com a proteção do próprio ordenamento jurídico, em especial na busca do aprimoramento da prestação jurisdicional e na integração a um sistema de pronunciamentos vinculantes.

Palavras-chave: Direito. Processo Civil. Recursos. Admissibilidade. Interesse recursal.

ABSTRACT

SANTOS, Luís Felipe Freind dos. Admissibility requirements of appeals in the Code of Civil Procedure system: interest in appealing. 2020. 172p. Dissertation (Master). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2020.

This work addresses the admissibility requirements of appeals in the 2015 Civil Procedure Code system, focused on interest in appealing. It starts from the distinction between admissibility and merits, and stresses the importance of the first for the fundamental values of effectiveness and legal certainty. It draws a parallel between the prerequisites of the judgment of the merit in the first degree - procedural prerequisites and conditions for law suit - and the admissibility requirements of appeals, and proposes a classification for the latter. It examines the possibility to cure the defects in admissibility and the subjection of the admissibility requirements to procedural agreements by the parties. Then, it deepens the study of the interest in appealing, placing it in the system based on the utilitarian idea of interest to the Law and the Process. It examines the interest in appealing through its elements, namely, necessity and utility. The latter is studied from the perspective of each of the legitimated to appeal and the peculiar questions they raise, questioning the sufficiency of the criterion of succumbence, aiming to give it a proper meaning. Finally, it analyzes the interest in appealing in its relation to the protection of the legal system itself, especially in the search for the improvement of the judicial provision and the integration to a system of binding pronouncements.

Keywords: Law. Civil Procedure. Appeals. Admissibility. Interest in appealing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ADMISSIBILIDADE E MÉRITO	15
1.1 PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	20
1.2 CONDIÇÕES DA AÇÃO	22
1.3 REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	27
1.3.1 Proposta de classificação e enquadramento dos requisitos de admissibilidade recursal	35
1.3.2 Sanabilidade dos requisitos de admissibilidade recursal	39
1.3.3 Outras semelhanças e diferenças entre os pressupostos ao julgamento do mérito e os requisitos de admissibilidade recursal.....	48
1.4 NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.	51
2 INTERESSE.....	59
2.1 INTERESSE NO PROCESSO	63
2.2 INTERESSE DE AGIR	65
3 INTERESSE RECURSAL	71
3.1 NECESSIDADE DO RECURSO.....	72
3.2 INTERESSE RECURSAL DA PARTE	75
3.2.1 Utilidade do recurso.....	76
3.2.2.1 Interesse recursal e decisões terminativas	80
3.2.2.2 Interesse recursal e limites objetivos da coisa julgada	85
3.2.2.3 Interesse recursal e decisões interlocutórias imediatamente irrecorríveis	93
3.2.2 Perda do interesse recursal	102

3.3 INTERESSE RECURSAL DO PODER PÚBLICO EM JUÍZO: PECULIARIDADES	104
3.3.1 Interesse recursal e remessa necessária	105
3.3.2 Interesse recursal e suspensão de segurança	111
3.3.3 Interesse recursal e intervenção anômala	112
3.4 INTERESSE RECURSAL DO TERCEIRO	115
3.4.1 Interesse recursal e honorários advocatícios	117
3.5 INTERESSE RECURSAL E TUTELA DO ORDENAMENTO	121
3.5.1 Interesse recursal do Ministério Público	121
3.5.2. Interesse recursal do <i>amicus curiae</i>	124
3.5.3 Peculiaridades do interesse recursal nos embargos de declaração.....	127
3.5.4 Interesse recursal e pronunciamentos do art. 927 do CPC.....	130
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	149
REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS.....	169

INTRODUÇÃO

A comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil – que culminou, após diversas transformações nas Casas Legislativas, na edição da lei nº. 13.105/15 – foi enfática ao mencionar a necessidade de privilegiar a celeridade do processo e a efetividade do resultado da ação, identificando como entraves o excesso de formalismos (baseado em uma suposta garantia das formas) e a “prodigalidade do sistema recursal”¹.

A Constituição de 1988, por sua vez, impõe o equilíbrio entre um processo que instrumentalize a obtenção da tutela adequada, o que compreende a satisfação do direito reconhecido, e um processo que proveja segurança jurídica, através de um procedimento que assegure um contraditório efetivo e o respeito às garantias dos jurisdicionados.

A partir da compreensão da efetividade e da segurança como pilares do acesso à ordem jurídica justa², o objeto a ser desenvolvido nesta dissertação é o dos requisitos de admissibilidade dos recursos no sistema da lei n.º 13.105/15 (Código de Processo Civil), com enfoque no interesse recursal.

O tema é tradicional e de grande importância não apenas dentro da teoria dos recursos, mas para o Processo Civil como um todo. Em verdade, é um assunto cujas repercussões ultrapassam o ramo processual, pois diz respeito também à concepção que a comunidade jurídica tem do acesso à justiça e da própria estrutura do Poder Judiciário³.

Nesse contexto, no primeiro capítulo se estabelecem premissas conceituais e principiológicas que conferem arcabouço técnico para o enfrentamento das questões que se apresentam mais adiante. O estudo se inicia a partir da separação das questões de admissibilidade e mérito, com breve incursão nos pressupostos ao julgamento do mérito em primeiro grau.

¹ BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil: anteprojeto*. Brasília, 2010. p. 8. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>. Acesso em: 28 mar. 2018. FUX, Luiz. O novo processo civil. In: FUX, Luiz (coord.). *O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa (reflexões acerca do projeto do novo código de processo civil)*. Rio de Janeiro : Forense, 2011. p. 4.

² OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 29, n. 113, jan./fev. 2004. p. 14.

³ “Costumes religiosos, princípios éticos, hábitos sociais e políticos, grau de evolução científica, expressão do indivíduo na comunidade, tudo isto, enfim, que define a cultura e a civilização de um povo, há de retratar-se no processo, em formas, ritos e juízos correspondentes. Ele, na verdade, espelha uma cultura, serve de índice de uma civilização”. LACERDA, Galeno. Processo e cultura. *Revista de Direito Processual Civil*, São Paulo, v. 2, n. 3, jan./jun. 1961. p. 75.

Ainda no primeiro capítulo, traçam-se considerações perfunctórias sobre cada um dos requisitos de admissibilidade recursal. Por delimitação de escopo, opta-se por restringir a reflexão aos requisitos gerais, reservando aos requisitos específicos de cada recurso apenas menção quando pertinente para o desenvolvimento de algum ponto adjacente ao interesse recursal.

Em seguida, propõe-se uma classificação dos requisitos de admissibilidade recursal em paralelo com os pressupostos processuais e as condições da ação que seja útil sobretudo quanto à possibilidade de saneamento e superação dos requisitos, a fim de permitir o ingresso do órgão julgador no mérito do recurso.

Logo após, são apresentadas outras semelhanças e diferenças entre os requisitos de admissibilidade recursal em comparação com os pressupostos ao julgamento do mérito.

Encerrando essa primeira parte, cuida-se das limitações negociais em matéria de requisitos de admissibilidade recursal diante da atipicidade dos negócios jurídicos processuais autorizada pelo artigo 190 do Código de Processo.

Ultrapassada essa etapa, adentra-se com ênfase no interesse recursal, que desperta grande riqueza de questões a demandar um exame mais detalhado, sobretudo devido às modificações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Assim, o segundo capítulo é destinado a sistematizar a ideia de interesse dentro do direito e, mais especificamente, no processo. Fica evidenciado o aspecto utilitarista do interesse processual, muito presente nas facetas do interesse de agir e do interesse recursal.

O terceiro capítulo trabalha o interesse recursal propriamente dito. A partir da análise dos seus elementos, faz-se incursão na questão da necessidade do recurso e examina-se a utilidade à luz dos diversos legitimados para a interposição do recurso, investigando as particularidades de cada um deles.

Aborda-se, inicialmente, o interesse recursal das partes e a (in)suficiência da ideia de sucumbência com base nos ensinamentos, sobretudo, de José Carlos Barbosa Moreira e Laura Salvaneschi. Enfrenta-se, neste ponto, a relação do interesse recursal com decisões que não resolvem o mérito, com os limites objetivos da coisa julgada e com decisões interlocutórias não recorríveis de imediato, bem como a perda superveniente do interesse recursal.

Dedica-se, também, item próprio às peculiaridades da parte mais frequentemente encontrada nos processos que tramitam no Judiciário brasileiro: o Poder Público em suas diversas esferas. Ato contínuo, analisa-se o interesse recursal do terceiro, e confere-se especial atenção à questão dos honorários advocatícios.

Em seguida, o trabalho se volta ao estudo do interesse recursal do Ministério Público, enquanto fiscal da ordem jurídica, e do *amicus curiae*. Opta-se por agrupar esses dois atores dentro de item que trata da relação do interesse recursal com o que se denominou “tutela do ordenamento”, em decorrência do papel institucional por eles desempenhado no processo. Também nesse item, são investigadas as singularidades do interesse recursal no recurso de embargos de declaração e diante dos pronunciamentos de caráter vinculante, elencados no art. 927 do Código de Processo.

Para o desenvolvimento do trabalho, propõe-se uma análise legislativa e doutrinária sobre as questões suscitadas e seus desdobramentos. Quando pertinente, contextualiza-se historicamente as alterações legislativas, comparando a sistemática atual com a estabelecida, sobretudo, pelos Códigos de Processo Civil de 1973 e 1939, com o objetivo de resgatar os aprofundados conhecimentos produzidos durante mais de oitenta anos.

Quanto à doutrina e aos ordenamentos estrangeiros, o tema é de forte influência italiana, razão pela qual se dedica principalmente ao exame de autores desse país ao lado da doutrina nacional.

Tanto a análise histórica quanto a comparativa não são feitas de forma apartada, e sim à medida que as questões exploradas demandam questionamentos acerca de quais soluções a legislação pretérita e os sistemas estrangeiros próximos utilizaram para superar determinado problema, destacando os pontos de interseção e afastamento em relação à temática abordada⁴.

Igualmente, ao longo da dissertação se analisa a jurisprudência relacionada às diversas questões postas, explorando criticamente o produto do contraditório das partes e das decisões judiciais em torno do tema.

Sem descuidar de que as construções teóricas não podem se afastar da realidade a ponto de constituírem um fim em si mesmas, procura-se ao longo do trabalho um rigor técnico⁵, norteado pela utilidade que o desenvolvimento teórico do tema possa trazer para o aperfeiçoamento do sistema processual brasileiro.

⁴ “[...] a regra de ouro de toda a comparação jurídica é a utilidade que ela possa ter para a melhor compreensão e operacionalização de pelo menos um dos sistemas jurídicos comparados”. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Processo civil comparado*. In: *Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. São Paulo : Malheiros, 2010. Tomo 1. p. 160.

⁵ “Ponhamos em relevo o papel instrumental da técnica; evitemos escrupulosamente quanto possa fazer suspeitar de que, no invocá-la, se esteja dissimulando mero pretexto para a reentronização do velho e desacreditado formalismo; demos a cada peça do sistema o lugar devido, na tranqüila convicção de que, no mundo do processo, há pouco espaço para absolutos, e muito para o equilíbrio recíproco de valores que não deixam de o ser apenas porque relativos”. MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Efetividade do processo e técnica processual*. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out/2011. v. 1. p. 887.

Os eventuais abalos provocados pelo Código em vigor à estrutura antes consolidada da admissibilidade recursal e, mais especificamente, do interesse, demandam investigação que permita identificar os pontos de continuidade, de avanço e de retrocesso, para que se possa, em relação a estes últimos, propor soluções e enriquecer o debate, contribuindo para o progresso do direito processual.

CONCLUSÃO

A identificação e diferenciação de elementos que dizem respeito à admissibilidade e ao mérito das demandas têm origem comum com a percepção do Processo como ramo autônomo do Direito. Atualmente, porém, os fatores que devem preponderar no exercício dos juízos sobre os pressupostos ao julgamento do mérito em primeiro grau e os requisitos de admissibilidade em grau de recurso são a efetividade e a segurança jurídica.

Sob o prisma da efetividade, deve-se evitar pronunciamentos jurisdicionais destituídos de finalidade ou construídos sem a presença de elementos mínimos que assegurem a tutela jurisdicional adequada. Sob o aspecto da segurança jurídica, deve-se garantir a observância do devido processo legal, que proporcione o exercício efetivo do contraditório com previsibilidade para os jurisdicionados e inofensa a arbitrariedades.

A admissibilidade, portanto, diz respeito às garantias fundamentais do processo, e consiste no enfrentamento pelo julgador de questões de regularidade, constatando a possibilidade de exercitar adequadamente a jurisdição sobre o mérito.

Permanece adequada a classificação bipartite dos pressupostos ao julgamento de mérito em primeiro grau (pressupostos processuais e condições da ação) influenciada por Liebman. Os pressupostos processuais se reportam a constituição e regularidade da relação jurídica processual e as condições da ação se referem ao exercício do direito de ação.

Quanto aos pressupostos processuais, destaca-se, dentre a grande variedade de classificações e divergência sobre quais elementos integram cada uma de suas espécies, a diferenciação entre pressupostos de existência e requisitos de validade do processo, que conduzem a efeitos diversos, como a inexistência ou a nulidade dos pronunciamentos jurisdicionais, a ausência de trânsito em julgado ou o alcance da coisa julgada material, a repercussão sobre os meios de impugnação e sobre a litispendência.

Quanto às condições da ação, a ausência de emprego dessa expressão pelo Código de Processo de 2015 levou ao recrudescimento de corrente doutrinária que defende sua extinção. No entanto, subsistem a legitimidade e o interesse como integrantes dessa categoria, passíveis de aferição sem se ingressar no mérito da demanda, conforme preconiza o inciso VI do artigo 485 do Código.

É possível traçar um paralelo entre os pressupostos ao julgamento do mérito e os requisitos de admissibilidade recursal, como consequência da premissa de que o recurso é

um prolongamento do direito de ação ou de defesa originários, que provoca um novo pronunciamento jurisdicional.

Nessa linha, classificam-se os requisitos de admissibilidade recursal, inicialmente, em positivos e negativos. Os primeiros são aqueles cuja presença é necessária para a regularidade formal do recurso (requisito positivo extrínseco, nele inserido o preparo) e para o exercício do direito de recorrer (requisitos positivos intrínsecos: cabimento, legitimidade e interesse em recorrer). Já os requisitos negativos são fatos impeditivos ou extintivos que, se verificados, fulminam o exercício do direito de recorrer (intempestividade, desistência, renúncia e aquiescência).

A sanabilidade dos requisitos de admissibilidade se restringe ao requisito positivo extrínseco (regularidade formal), em suas variadas acepções, e ao cabimento, na vertente de adequação do recurso interposto, por força da fungibilidade ou instrumentalidade recursal.

Por outro lado, a presença de um requisito negativo de admissibilidade é intransponível pela preclusão ocasionada pela manifestação de vontade, expressa ou implícita, ou pela omissão do potencial recorrente. Outrossim, a ausência de um dos requisitos positivos intrínsecos é insuperável, pois decorre de uma aferição endoprocessual do direito de recorrer, ou seja, seus elementos são extraídos com base na situação posta à luz da decisão impugnada.

Entretanto, deve ser conferida a oportunidade de demonstração da ausência de requisitos negativos ou presença de todos os requisitos positivos por aquele que será prejudicado pela decisão de não conhecimento do recurso, em razão do princípio colaborativo e do corolário da vedação às decisões-surpresa.

Ainda sobre o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, não podem as partes convencionar atipicamente (na forma do art. 190, CPC) a subtração de requisitos de admissibilidade recursal, ou seja, que o recurso seja conhecido a despeito da ausência do requisito positivo ou presença do requisito negativo. Essa impossibilidade inclui a vedação de criação de novas modalidades recursais, subversão do requisito do cabimento na vertente da recorribilidade.

No entanto, as partes podem renunciar ao recurso, ainda que previamente, bem como dilatar o prazo recursal ainda não vencido, estabelecer requisitos adicionais de admissibilidade (como a prestação de garantias) e ampliar as questões que sujeitar-se-ão à coisa julgada. Essas disposições podem impactar o interesse recursal, assim como outras convenções, especialmente quando descumpridas.

O fenômeno do interesse tem origem extrajurídica, mas sua aderência ao ordenamento e composição quando conflituoso são ínsitos ao próprio Direito. A partir de uma ótica utilitarista, a ideia de interesse foi transposta da teoria geral para o direito processual, na gênese de sua autonomia como ramo do Direito, com a característica de interesse secundário ou instrumental, pois decorrente da insatisfação de um suposto interesse primário ou substancial.

Dá-se o nome de interesse de agir à expressão do interesse processual que autoriza o exercício do direito de ação. A evolução das teorias em torno desse direito moldou as diversas compreensões do interesse de agir. No entanto, ele está alicerçado em um trinômio: utilidade, compreendida como a possibilidade de a prestação jurisdicional melhorar a situação corrente do demandante; necessidade, caracterizada pela impossibilidade de se obter licitamente a situação sem o exercício da jurisdição; e adequação, correspondente à aptidão da via empregada para conferir ao demandante a tutela por ele pretendida.

O interesse recursal se assemelha ao interesse de agir, enquanto autorizador do exercício do prolongamento do direito de ação na forma recursal. Baseia-se também na necessidade e na utilidade, porém com significações diversas. Quanto à adequação, no entanto, a correspondência se faz no requisito do cabimento, na vertente do recurso correto para impugnar a decisão atacada, com as inflexões da fungibilidade recursal.

A necessidade do recurso não se verifica apenas quando este for o único meio para colocar o recorrente em situação mais favorável. Está presente também quando o recurso for o meio mais eficaz para o alcance da situação por ele pretendida. Consequentemente, é possível o uso da via recursal para impugnar provimentos inexistentes e nulos, bem como a interposição de recursos por terceiros e em face de decisões omissas quanto a pedidos implícitos (honorários sucumbenciais, por exemplo), ainda que disponíveis outros meios jurisdicionais de atingir os mesmos resultados, como ações autônomas.

A utilidade do recurso, a seu turno, diz respeito à potencialidade de obtenção de uma situação mais favorável para o recorrente. Porém, é insuficiente perquirir essa vantagem a partir de uma comparação entre o que foi pedido e o que foi acolhido pela decisão (sucumbência formal), ou entre a situação anterior do recorrente e a situação obtida com o pronunciamento jurisdicional (retrospectivamente). É preciso adotar uma ótica prospectiva e comparar a decisão recorrida com as situações e proveitos práticos possivelmente alcançáveis pelo recurso interposto. Trata-se de uma ideia de sucumbência material ampliada ou sucumbência analisada com base nos efeitos da decisão sobre a esfera jurídica do recorrente.

Nessa linha, aquele que formula mais de um pedido, sendo um subsidiário ao outro, tem interesse em recorrer caso rejeitado o pedido principal e acolhido o pedido subsidiário. Também tem interesse em recorrer aquele cujo fundamento da sentença favorável não lhe proporcione efeito *erga omnes* que poderia ser alcançado por outro fundamento.

Igualmente, tem o réu interesse em recorrer de decisões que não resolvam o mérito, para buscar a improcedência do pedido do autor. Porém, em muitos casos fatores circunstanciais externos afastam o interesse por impossibilidade fática ou jurídica. Mesmo quando viável o recurso, é possível que o resultado final lhe seja mais desfavorável, pois se afastada a causa que conduziu ao julgamento terminativo, a análise do mérito pode ocasionar a procedência do pedido autoral.

Em virtude da ampliação dos limites objetivos da coisa julgada (§1º do art. 503, CPC) em determinados casos, pode haver interesse recursal em impugnar uma questão prejudicial decidida expressa e incidentalmente no processo. Contudo, a decisão da questão prejudicial não dará ensejo a recurso daquele favorecido pela decisão da questão principal, pois nesse caso não terão sido preenchidos todos os requisitos para a extensão da coisa julgada. No entanto, é possível rediscutir a prejudicial em contrarrazões a recurso interposto pelo vencido, para afastar eventual reforma que venha a torna-la diretamente responsável pelo resultado da decisão final.

Também tem interesse em recorrer, em qualquer hipótese, aquele que sucumbiu em decisão interlocutória não agravável por instrumento, desde que o objeto da decisão seja autônomo em relação ao objeto da sentença. Se houver dependência entre as questões decididas, tem interesse em recorrer, em princípio, aquele que houver sucumbido em ambas.

Contudo, o favorecido pela sentença tem interesse em recorrer da interlocutória dependente e desfavorável, caso seja interposta apelação pelo outro, e seja antevisto o seu provimento. Nesse caso, poderá fazê-lo em conjunto com a apelação em face das interlocutórias autônomas, se houver, ou no bojo das contrarrazões à apelação interposta por outro legitimado em face da decisão final. A apreciação da impugnação, no entanto, ficará condicionada à possibilidade de provimento da apelação.

Da mesma forma que o interesse sobrevém nesses casos, é possível que um fato superveniente ocasione sua perda, por tornar o resultado do recurso inócuo para o recorrente. A hipótese mais comum é aquela em que a decisão impugnada é afastada, seja por retratação do órgão julgador *a quo*, quando autorizada, seja pela prolação de decisão posterior em sentido contrário ou sua substituição por um acórdão.

O Poder Público é a parte mais frequente em juízo, e é dotado de algumas prerrogativas que se relacionam com o interesse recursal. A remessa necessária, por exemplo, não afasta o seu interesse recursal para interpor o recurso contra a mesma decisão.

Nessa linha, divergindo-se da jurisprudência dominante, há interesse recursal em face do acórdão que não conhece da apelação, mesmo que tenha reexaminado a sentença por força da remessa necessária. Também há interesse recursal para arguir a inadmissibilidade da apelação fazendária, mesmo nos casos em que essa foi conhecida em conjunto com a remessa necessária.

Há, igualmente, interesse da parte vencedora em provocar o juízo sobre a incidência ou dispensa do reexame necessário, em caso de omissão da decisão, devido à insegurança quanto ao trânsito em julgado. Outrossim, há interesse da Fazenda Pública para recorrer de acórdão proferido em sede de reexame necessário de decisão contra a qual não recorrera originalmente, salvo nos casos em que há desistência ou renúncia expressa ao direito de recorrer pelo representante do ente público.

A suspensão de segurança, por sua vez, não repercute sobre os requisitos de admissibilidade do recurso eventualmente interposto em concomitância, pois suas finalidades são diversas. Não obstante, o recebimento do recurso com efeito suspensivo pode acarretar a perda de interesse processual na suspensão da decisão ainda não apreciada.

A intervenção anômala, por fim, autoriza pessoas jurídicas de direito público a recorrerem na qualidade de terceiros economicamente interessados. Nesse caso, o interesse recursal, em especial a utilidade, pode ser constatado sob um prisma exclusivamente econômico e não jurídico.

O recurso de terceiro juridicamente prejudicado origina-se daquele que não é parte, porém é legitimado pelo interesse jurídico na relação que foi submetida a julgamento. Seu interesse recursal é caracterizado por ter sido impactado direito de sua titularidade ou possível de ser defendido por substituição processual. Esse impacto é verificado pela contraposição entre os efeitos da sentença na sua esfera jurídica e possibilidade de obtenção de situação melhor através da interposição do recurso.

Os advogados podem interpor recurso, na qualidade de terceiros prejudicados e concorrentemente com as partes que representam, caso o juízo não conceda honorários na decisão que julgar o pedido principal, mesmo que estes não tenham sido expressamente requeridos inicialmente.

Em igual sentido, há interesse recursal na majoração dos honorários quando estes forem fixados abaixo do percentual máximo, pois o recurso é capaz de propiciar ao recorrente uma situação melhor que a anteriormente alcançada através da decisão.

Eventualmente, admite-se a interposição de recurso por quem não é parte ou terceiro interessado. Também se pode, em determinadas situações, apresentar recurso com objetivo diverso da anulação ou reforma do julgado. Nesses casos, fica explicitada a preocupação do sistema com a integridade do ordenamento e aprimoramento da prestação jurisdicional.

O Ministério Público pode interpor recursos nos casos em que atuar como fiscal da ordem jurídica (*custos iuris*). O melhor entendimento, no entanto, é de que apenas há interesse se o recurso for interposto em defesa do fator que determinou a intervenção ministerial, pois é esse o interesse indisponível a ser defendido.

A utilidade para o interesse tutelado condiciona, inclusive, o interesse do Ministério Público para recorrer nos casos em que houver violação à sua intervenção obrigatória, por ausência de intimação.

O *amicus curiae* tem legitimidade recursal restrita à oposição de embargos de declaração e à interposição de recurso em face da decisão que julga incidente de resolução de demandas repetitivas. Quanto a esse último, o interesse recursal é preenchido pela contraposição entre o ganho obtível para o interesse (institucional, econômico, político ou ideológico) por ele defendido e a decisão impugnada.

Qualquer que seja o legitimado recorrente, os embargos de declaração têm singularidades quanto aos seus requisitos de admissibilidade. É cabível concomitantemente a qualquer outro recurso (embora se oposto interrompa o prazo para interposição do outro recurso) e possui prazo diferenciado.

Além disso, são opostos no interesse do aprimoramento da prestação jurisdicional, e sua utilidade é inerente ao possível aperfeiçoamento da decisão, à luz das alegações do recorrente.

A possibilidade indireta de modificação do julgado (efeitos infringentes) é capaz de refletir sobre a sucumbência jurídica e interesse recursal fixados pela decisão original. Por fim, a parte que tiver interesse em interpor o recurso especial ou extraordinário tem também interesse em opor os vulgarmente denominados embargos de declaração “prequestionadores” (art. 1.025 do CPC), sob alegação de omissão.

Finalmente, quanto aos pronunciamentos de observância obrigatória pelos juízes e tribunais (art. 927 do CPC), há repercussões explícitas e implícitas sobre os requisitos de admissibilidade recursal, em especial o interesse recursal.

O parágrafo único do art. 998 e o §1º do art. 976 do CPC preveem que a desistência não impede o exame da questão com repercussão geral reconhecida ou sujeita ao regime dos recursos repetitivos, ou do mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas, respectivamente.

Discorda-se do posicionamento do STJ de que há uma vedação à desistência. Basta que o resultado do julgamento do recurso representativo da controvérsia do qual se desistiu se aplique aos demais processos que versem sobre a mesma matéria, mas não a ele, que em razão da desistência terá sua controvérsia resolvida pela decisão originalmente impugnada.

Também acerca dos pronunciamentos elencados no art. 927 do CPC, entende-se que há legitimidade de terceiros cujos processos estejam sobrestados para interpor recurso em face de acórdãos paradigmáticos resultantes de IRDR e recursos repetitivos, uma vez que suas demandas são diretamente atingida pelo seu resultado.

Quanto ao interesse recursal, reconhece-se a possibilidade de interpor recurso em face da questão fixada autonomamente. No caso do terceiro, o interesse deverá ser demonstrado pelo reflexo da tese sobre o seu caso análogo sobrestado. Já no caso da parte cujo recurso foi julgado como representativo da controvérsia, a interposição de recurso apenas em face da questão de direito decidida, com resignação quanto ao dispositivo, dependerá da demonstração de que é possível obter situação mais favorável do que a outorgada pela tese fixada, abstraindo os efeitos produzidos no julgamento do seu caso concreto.

Quanto ao interesse recursal apenas para ampliação territorial da abrangência do pronunciamento vinculante, há óbice para interposição de recurso especial ou extraordinário sem que se demonstre uma das hipóteses de cabimento exaustivamente previstas na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2012.

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. *Das convenções processuais no processo civil*. 2014. Tese (Doutorado em: Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 17. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

ALVIM NETTO, José Manoel de Arruda. *Novo contencioso cível no CPC/2015*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

ALVIM, Teresa Arruda. Arts. 1.022 a 1.026. In: TUCCI, José Rogério Cruz e *et al.* (coord.). *Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. p. 1.680-1.690. e-book.

_____. *Nulidades do processo e da sentença*. 8. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

_____; BARIONI, Rodrigo. Recursos repetitivos: tese jurídica e *ratio decidendi*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 296, p. 183-204, out. 2019.

AMARAL, Jorge Augusto Pais de. *Direito processual civil*. 14. ed. Coimbra : Almedina, 2018.

AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. *Fungibilidade de meios*. São Paulo : Atlas, 2008.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A apelação e seus efeitos*. São Paulo : Atlas, 2007.

_____. Arts. 994 a 1.008. In: TUCCI, José Rogério Cruz e *et al.* (coord.). *Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. p. 1.611-1.647. e-book.

ARAÚJO, Luciano Vianna. Apelação cível no CPC 2015. *Revista da Emerj*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 78, jan./abr. 2017. p. 124-157. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista78/revista78.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Pressupostos processuais. In: YARSHELL, Luiz Flávio; ZUFELATO, Camilo (coord.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo : Malheiros, 2013. p. 575-612.

ARENHART, Sérgio Cruz. *O recurso de terceiro prejudicado e as decisões vinculantes*. Disponível em: https://www.academia.edu/214085/O_RECORSO_DE_TERCEIRO_PREJUDICADO_E_AS_DECIS%C3%95ES_VINCULANTES. Acesso em: 23 out. de 2019.

ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. 4. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1991.

ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 1979.

ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. O silêncio dos “litigantes-sombra” e a vitória da eficiência sobre o contraditório no julgamento dos casos repetitivos. In: AMADEO, Rodolfo Manso Real da Costa et al. (org.). *Direito processual civil contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Walter Piva Rodrigues*. Indaiatuba : Foco, 2019.

ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2016. e-book.

ATTARDI, Aldo. Interesse ad agire. In: SACCO, Rodolfo (org.). *Digesto delle discipline privatistiche: sezione civile*. 4 ed. Torino : Utet, 1996. v. 9. p. 514-527.

AURELLI, Arlete Inês. Dos embargos de declaração: arts. 1.022 a 1.026. In: BUENO, Cássio Scarpinella (org.). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2017. v. 4. p. 473-485.

_____. Meios de impugnação das decisões interlocutórias no novo CPC. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coord.). *Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 19-34.

_____. Recursos em ação monitória – lei 9.079, de 14.07.1995. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 93, p. 258-277, jan./mar. 1999.

ÁVILA, Humberto. O que é o devido processo legal. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 163, p. 50-59, set. 2008.

BECKER, Laércio Alexandre. Duplo grau: a retórica de um dogma. In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). *Estudos de direito processual civil – homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2006. p. 142-151.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo : Malheiros, 2006.

_____. Nulidades processuais e apelação. In: FABRÍCIO, Adroaldo Furtado (org.). *Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. O Ministério Público no processo civil: algumas questões polêmicas. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out/2011. v. 3. p. 1.213-1.242.

_____. Pressupostos processuais e condições da ação. *Justitia*, São Paulo, v. 53, n. 156, p. 48-66, out./dez. 1991. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/23922>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford : Claredon Press, 2005.

BINEMBOJM, Gustavo. A dimensão do amicus curiae no processo constitucional brasileiro: requisitos, poderes processuais e aplicabilidade no âmbito estadual. *Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, jan./mar. 2003. p. 73-95.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no novo código de processo civil brasileiro. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 171-187

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Comentários ao código de processo civil*. (arts. 994-1.044). São Paulo : Saraiva, 2016. v. 20.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Breve estudo sobre a perda de interesse de agir no âmbito recursal (a chamada "perda de objeto"). *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 105, p. 59-67, dez. 2011

_____. *Capítulos da sentença e efeitos dos recursos*. São Paulo : RCS, 2006.

_____. *Princípios do processo no novo código de processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2016.

BONTÀ, Silvana Dalla. Uma "inquietação benéfica" notas comparativas a respeito do tema dos limites objetivos da coisa julgada, à luz da situação atual da jurisprudência europeia e das teses "zeunerianas" - parte II. Tradução de Patrícia Carla de Deus Lima. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 38, n. 216, p. 155-180, fev. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil: anteprojeto*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRUSCHI, Gilberto Gomes. O réu e a sentença terminativa: existe interesse recursal?. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 132, p. 57-65, mar. 2014.

BUENO, Cássio Scarpinella. 30 anos do STJ e prequestionamento: uma análise crítica do prequestionamento ficto diante do art. 1.025 do CPC. *Revista do advogado*, São Paulo, v. 39, n. 141. p. 48-56, abr. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI301346,91041-30+anos+do+STJ+e+prequestionamento+uma+analise+critica+do>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Manual de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2018. e-book.

_____. *Novo código de processo civil anotado*. São Paulo : Saraiva, 2015.

BUIKA, Heloisa Leonor. *O formalismo no juízo de admissibilidade dos recursos: a primazia do direito de recorrer com razoabilidade em oposição à jurisprudência defensiva*. São Paulo : Arraes, 2017.

BÜLOW, Oskar von. *Las excepciones y los presupuestos procesales*. Traducción de Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires : Ejea, 1964.

BUZAID, Alfredo. A influência de Liebman no direito processual civil brasileiro. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out/2011. v. 1. p. 649-670.

_____. Exposição de motivos. In: SENADO FEDERAL. *Código de processo civil: histórico da lei*. v. 1, tomo 1. Brasília, 1974. Disponível em www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/177828/CodProcCivil%201974.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

CABRAL, Antônio do Passo. Alguns mitos do processo (I): a contribuição da *prolusione* de Chiovenda em Bolonha para a teoria da ação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 38, n. 216, p. 57-70, fev. 2013.

_____. *Amicus curiae* no novo código de processo civil. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Casto *et al.* (org.). *O novo processo civil brasileiro: temas relevantes – estudos em homenagem ao professor, jurista e ministro Luiz Fux*. Rio de Janeiro : LMJ Mundo Jurídico, 2018. p. 85-102.

_____. Capítulo VIII – Do incidente de resolução de demandas repetitivas (arts. 976 a 987). In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Org.). *Comentários ao novo código de processo civil*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2016. p. 1.434-1.472.

_____. Despolarização do processo, legitimidade *ad actum* e zonas de interesse: sobre a migração entre os polos da demanda. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio (coord.). *40 anos da teoria geral do processo*. São Paulo : Malheiros, 2013. p. 43-95.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. A improcedência liminar do pedido e o saneamento do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 252, p. 147-163, fev. 2016.

_____. *Ordem pública processual*. Brasília : Gazeta Jurídica, 2015.

CADIET, Lóic. Los acuerdos procesales en derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia en Francia. *Civil Procedure Review*, v. 3, n.3, p. 3-35, aug./dec. 2012. Disponível em http://www.civilprocedurereview.com/index.php?option=com_content&view=article&id=280%3A-los-acuerdos-procesales-en-derecho-frances-situacion-actual-de-la-contractualizacion-del-proceso-y-de-la-justicia-en-francia&catid=68%3Apdf-revista-n3-2012&Itemid=82&lang=pt. Acesso em: 14.06.2017.

CAIS, André Luis *et al.*. *Proposta de melhoria da coisa julgada e questão prejudicial no novo CPC*. Consultor Jurídico. 13 out. 2014. Disponível em:

<http://www.conjur.com.br/2014-out-13/proposta-coisa-julgada-questao-prejudicial-cpc>. Acesso em: 19 maio 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Atlas, 2017. *e-book*.

_____. O princípio da primazia da resolução do mérito e o novo Código de Processo Civil. *Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região*, São Paulo, ano 27, n. 128, p. 19-24, jan./mar. 2016.

_____. Será o fim da categoria ‘condição da ação’? Uma resposta a Fredie Didier Junior. *Revista de processo*, v. 36, n. 197, p. 261-269, jul. 2011.

CAMBI, Eduardo; POMPÍLIO, Gustavo. Majoração dos honorários sucumbenciais no recurso de apelação. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 801-812.

CANOVA, Augusto Cerino; CONSOLO, Claudio. *Impugnazione (processo civile)*. In: *Enciclopedia giuridica*. Roma : Trecanni, 1993. v. 16.

CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. Capítulo V – do *amicus curiae* (art. 138). In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Org.). *Comentários ao novo código de processo civil*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2016. p. 242-247

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli : Morano, 1958.

_____. *Sistema de diritto processuale civile*. Padova: Cedam, 1936.

CARVALHO, José Orlando Rocha de. *Teoria dos pressupostos e requisitos processuais*. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.

CARVALHO, Rodrigo Voltarelli de. *Requisitos de admissibilidade recursal no novo Código de Processo Civil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CASTRO, Aníbal de. *Impugnação das decisões judiciais*. Lisboa : Petrony, 1981.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial: regime jurídico, limites e proposições para o enfrentamento da litigiosidade pulverizada*. 2018. Tese (Doutorado em: Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. de Paolo Capitanio. 2. ed. Campinas : Bookseller, 2000.

CIANCI, Mirna. A remessa necessária no novo código de processo civil. In: ARAÚJO, José Henrique Mouta; CUNHA, Leonardo Carneiro da; RODRIGUES, Marco Antônio (coord.). *Fazenda pública*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador : Juspodivm, 2016. p. 537-564.

CINTRA, Lia Carolina Baptista. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil: uma tentativa de sistematização. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 214, p. 79-119, dez. 2012.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *100 maiores litigantes 2012*. Brasília : CNJ, 2012.

CORRÊA, Alexandre Augusto de Castro. Ihering (1818-1892): em comemoração aos cem anos de sua morte. *Revista da faculdade de direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 87, p. 15-21, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67164>. Acesso em: 20 maio 2019.

CÔRTEZ, Estefânia Freitas. A teoria da causa madura no julgamento da apelação. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coord.). *Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 65-79

COSTA, Moacyr Lobo da; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Estudos de História do Processo: Recursos*. São Paulo: FIEO, 1996.

COSTA, Susana Henriques da. Art. 17. In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2017. v. 1. p. 274-292.

_____. *Condições da ação*. São Paulo : Quartier Latin, 2005.

COUTURE, Eduardo. *Fundamentos del derecho procesal civil*. 3. ed. Buenos Aires : Roque Depalma, 1958.

CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; COSTA, Naony Sousa. Interesse processual: anotações conceituais, revisitação do instituto no CPC 2015 e reflexos nas ações coletivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 255, p. 309-330, maio 2016.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *A fazenda pública em juízo*. 10. ed. São Paulo : Dialética, 2012.

_____. Sobre o interesse do réu em recorrer da sentença terminativa. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 10, p. 55-70, jan. 2004.

CUNHA, Leonardo Carneiro; DIDIER JÚNIOR, Fredie. Apelação contra decisão interlocutória não agravável: a apelação do vencido e a apelação subordinada do vencedor: duas novidades do CPC/2015. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 769-780.

DELLORE, Luiz Guilherme Pennacchi et al.. *Hipóteses de agravo de instrumento no novo CPC: os efeitos colaterais da interpretação extensiva*. Jota. 4 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/novo-cpc/hipoteses-de-agravo-de-instrumento-no-novo-cpc-os-efeitos-colaterais-da-interpretacao-extensiva-04042016>. Acesso em: 8 jul. 2019.

DELLORE, Luiz. MARTINS; Rafael Mafféis. Recurso especial repetitivo: escolha do recurso e (in)efetividade dos julgamentos. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 1.099-1.130.

DIDIER JÚNIOR, Fredie (coord). *Consolidação dos enunciados do fórum permanente de processualistas civis*. Brasília, 2019. Disponível em https://www.academia.edu/38626264/Enunciados_do_F%C3%B3rum_Permanente_de_Processualistas_Civis_-_FPPC_-_2019. Acesso em: 25 jun. 2019.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19. ed. Salvador: Jus Podivm, 2017.

_____. Fonte normativa de legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 232, p. 69-76, jun. 2014.

_____. *Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo*. São Paulo : Saraiva, 2005.

_____. *Recurso de terceiro: juízo de admissibilidade*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Seção V – da coisa julgada. In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (Org.). *Comentários ao novo código de processo civil*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2016. p. 751-783.

_____. Sistema brasileiro de precedentes judiciais obrigatórios e os deveres institucionais dos tribunais: uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência. In: *Precedentes*. DIDIER JÚNIOR, Fredie. et al. (coord.). Salvador: Juspodivm, 2015.

_____; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 16. ed. Salvador : Juspodivm, 2019. v. 3.

_____. Remessa necessária. In: ARAÚJO, José Henrique Mouta, CUNHA, Leonardo Carneiro da, RODRIGUES, Marco Antônio (coord.). *Fazenda pública*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador : Juspodivm, 2016. p. 169-192.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 5. ed. São Paulo : Malheiros, 1996.

_____. *Capítulos da sentença*. 5. ed. São Paulo : Malheiros, 2013.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 8. ed. rev. e atual. segundo o novo Código de Processo Civil e a Lei 13.256, de 4.2.2016. São Paulo : Malheiros, 2016. v. 1.

_____. O efeito devolutivo da apelação e outros recursos. *In: Nova era do processo civil*. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Malheiros, 2013.

_____. Processo civil comparado. *In: Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. São Paulo : Malheiros, 2010. Tomo 1.

_____; LOPES, Bruno Vasconcellos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil*. 2. ed. São Paulo : Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Pedro da Silva. Art. 138. *In: TUCCI, José Rogério Cruz e et al. (coord.). Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. p. 246-252. e-book.

ENFAM. *Enunciados aprovados no seminário o Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil*. Disponível em <http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>. Acesso em 14 jun. 2017.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Ação declaratória incidental*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo : Saraiva, 2009.

_____. Extinção do processo e mérito da causa. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 15, n. 58, p. 7-32, abr./jun. 1990.

_____. O interesse de agir como pressuposto processual. *Revista da Emerj*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 164-195, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v20_n1/revista_v20_n1.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

FERNANDES, Luís Eduardo Simardi. *Embargos de declaração: efeitos infringentes, prequestionamento e outros aspectos polêmicos*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

_____; ZARIF, Cláudio Cintra. Fungibilidade recursal no novo CPC. *In: DANTAS, Bruno et al. (org.). Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. Arts. 1.009 a 1.014. *In: TUCCI, José Rogério Cruz e et al. (coord.). Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. p. 1.647-1.664. e-book.

FERREIRA, William Santos. Art. 1009. *In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). Comentários ao código de processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2017. v. 4.

_____. Cabimento do agravo de instrumento e a ótica prospectiva da utilidade: o direito ao interesse na recorribilidade de decisões interlocutórias. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 42, n. 263, p. 193-203, jan. 2017.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. *Condições da ação: enfoque sobre o interesse de agir*. 3. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

FUX, Luiz. O novo processo civil. In: FUX, Luiz (coord.). *O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa (reflexões acerca do projeto do novo código de processo civil)*. Rio de Janeiro : Forense, 2011. p. 4-24.

_____. *Processo civil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Forense, 2019.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Teoria geral dos recursos: análise e atualizações à luz do NCPC brasileiro. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 651-682.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual: de acordo com as recentes reformas do CPC*. São Paulo : Atlas, 2008.

_____. O modelo presidencial cooperativista e os poderes e deveres do juiz no novo CPC. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.*. *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 135-154.

GONZÁLEZ, Gabriel Araújo. *A recorribilidade das decisões interlocutórias no código de processo civil de 2015*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GRANADO, Daniel William. *Recurso de apelação no novo código de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

GRASSO, Eduardo. *L'impugnazioni incidentali*. Milano : Giuffrè, 1973.

GRECO, Leonardo. Atos de disposição processual: primeiras reflexões. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 1., n. 1., p. 7-28, dez. 2007. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/issue/view/574>. Acesso em 14 jun. 2017.

_____. *Instituições de processo civil: recursos e processos da competência originária dos tribunais*. 1. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2015. v. 3.

_____. Princípios de uma teoria geral dos recursos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, ano 4. v.5., p. 5-62, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/22961/16437>. Acesso em: 22 maio 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade*. Brasília : Gazeta Jurídica, 2016.

_____. Um enfoque constitucional da teoria geral dos recursos. In: *O processo em evolução*. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1998. p. 64-80.

_____; BRAGA, João Ferreira. Um estudo de teoria geral do processo: admissibilidade e mérito no julgamento dos recursos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 227, p. 171-196, jan. 2014.

INTERESSE. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (dir). *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo : Moderna, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL. *Petição n. 00251951/2018*. Disponível em <http://www.direitoprocessual.org.br/amicus-curiae-3.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

JORGE, Flávio Cheim. A recorribilidade das interlocutórias na apelação e nas contrarrazões. In: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. p. 187-196.

_____. Arts. 994 a 1.008. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al.* (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

_____. Arts. 1.036 a 1.041. In: TUCCI, José Rogério Cruz e *et al.* (coord.). *Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. p. 1728. e-book.

_____. Os honorários advocatícios e o recurso de apelação: um enfoque especial nos honorários recursais. In: COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coord.). *Honorários advocatícios*. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 685-709

_____. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

_____; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. A sanabilidade dos requisitos de admissibilidade dos recursos. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 615-644.

LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*. Porto Alegre : Fabris, 1985.

_____. Processo e cultura. *Revista de Direito Processual Civil*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 74-86, jan./jun. 1961.

LANCELLOTTI, Franco. Premesse ala definizione dela soccombenza come requisito di legittimazione alle impugnative di parte. In: *Studi in onore di Enrico Tullio Liebman*. Milano : Giuffrè, 1979. v. 3. p. 1911-1955.

LASPRO, Oreste Nestor. *O duplo grau de jurisdição no direito processual civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

LEITE, Clarisse Frechiani Lara. *A prejudicialidade no processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2008.

LEONEL, Ricardo de Barros. Anotações sobre o sistema recursal no Novo Código de Processo Civil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.*. *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 343-385.

_____. *Manual do processo coletivo*. 4. ed. rev. ampl. e atual. de acordo com o CPC/2015. São Paulo: Malheiros, 2017.

LIBARDONI, Carolina Uzeda. Interesse recursal complexo e condicionado quanto às decisões interlocutórias não agraváveis no novo código de processo civil. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coord.). *Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 51-64.

LIEBMAN, Enrico Tullio. L'azione nella teoria del processo civile. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, p. 47-71, 1950.

_____. *Manual de direito processual civil*. 3. ed. Trad. e notas de Cândido Rangel Dinamarco. São Paulo : Malheiros, 2005. v. 1.

LIMA, Alcides de Mendonça. Atividade do Ministério Público no processo civil. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out. 2011. v. 3. p. 1.109-1.134.

_____. *Introdução aos recursos cíveis*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 1976.

LIPIANI, Julia. Reconstrução do interesse recursal no sistema de força normativa do precedente. *Civil Procedure Review*, v.5, n. 2, p. 45-72, may/aug., 2014. Disponível em: http://www.civilprocedurereview.com/?option=com_content&view=article&id=235:reconstrucao-do-interesse-recursal-no-sistema-de-forca-normativa-do-precedente&catid=78:pdf-revista-n2-2014. Acesso em: 21 out. de 2019.

LOURENÇO, Haroldo. A intervenção anódina do Poder Público no processo civil brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, p. 155-171, jul./set. 2018.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Evolução do agravo no sistema jurídico brasileiro: das ordenações lusitanas ao novo código de processo civil. In: SILVA, José Anchieta da. (org.). *O novo processo civil*. São Paulo: Lex Magister, 2015. p. 591-655.

_____. Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 26, n. 88, p. 145-171, nov. 2006.

_____. *Relação entre demandas*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Brasília : Gazeta Jurídica, 2018.

_____. Tutela do contraditório no Código de Processo Civil de 2015. In: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. p. 31-52.

_____; VASCONCELOS, Ronaldo; ORTHMANN, André Gustavo. Eficácia executiva das decisões judiciais e extensão da coisa julgada às questões prejudiciais; ou o predomínio da realidade sobre a teoria em prol da efetividade da jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, n. 254, p. 133-147, abr. 2016.

LUISO, Francesco Paolo. *Diritto processuale civile II: il processo di cognizione*. 5. ed. Milano : Giuffrè, 2009.

MACÊDO, Lucas Buril de. O interesse recursal no sistema de precedentes obrigatórios. *Revista Brasileira de Advocacia*. São Paulo, n. 9, p. 165-209, abr./jun. 2018.

_____; PEIXOTO, Ravi. Tutela provisória contra a Fazenda Pública no CPC/2015. In: ARAÚJO, José Henrique Mouta; CUNHA, Leonardo Carneiro da; RODRIGUES, Marco Antônio (coord.). *Fazenda pública*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador : Juspodivm, 2016. p. 347-380.

MANDRIOLI, Crisanto. *Corso di diritto processuale civile II – il processo di cognizione*. Editio Minor. Torino : G. Giappichelli, 2000.

MARÇAL, Felipe Barreto. Levando a fungibilidade recursal a sério: pelo fim da “dúvida objetiva”, do “erro grosseiro” e da “má-fé” como requisitos para a aplicação da fungibilidade e por sua integração com o CPC/15. *Revista de processo*, São Paulo, v. 44, n. 292, p. 199-214, jun. 2019.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. Considerações sobre o princípio processual do duplo grau. In: DIDER JÚNIOR, Fredie (org.) *Teoria do processo: panorama doutrinário mundial*. Salvador : Juspodivm, 2010. v. 2. p. 45-66.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. v. 2. e-book.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O projeto do CPC: críticas e propostas*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A atuação do Ministério Público no processo civil brasileiro. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 100, n. 910, p. 223-232, ago. 2011.

_____. *A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses*. 31. ed. São Paulo : Saraiva, 2019.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Curso de direito processual civil moderno*. 3. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. e-book.

_____. *Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. *A coisa julgada*. Rio de Janeiro : Forense, 2004.

_____. *Teses, estudos e pareceres de processo civil: direito de ação, partes, terceiros, processo e política*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2005. v. 1.

_____. *et al.*. O colapso das condições da ação?: um breve ensaio sobre os efeitos da carência de ação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 152, p. 11-35, out. 2007.

MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. *Comentários ao código de processo civil*. tomo I. Rio de Janeiro : Forense, 1979.

_____. *Comentários ao código de processo civil*. tomo VII. Rio de Janeiro : Forense, 1975.

MITIDIERO, Daniel. A colaboração como modelo e como princípio no processo civil. *Revista de processo comparado*, São Paulo, n. 2, p. 83-97, jul./dez. 2015.

_____. Processo e cultura: praxismo, processualismo e formalismo em direito processual. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*, Porto Alegre, n. 2, p. 101-128, set. 2004.

MOLLICA, Rogério. Remessa necessária e o novo código de processo civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais*. Salvador : Juspodivm, 2016. v. 6. p. 101-112

MORAES, Maurício Zanoide de. *Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao código de processo civil, lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973: arts. 476 a 565*. 16. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2012. v. 5.

_____. Convenções das partes sobre matéria processual. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out. 2011. v. 3. p. 151-164.

_____. Efetividade do processo e técnica processual. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais de processo civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, out/2011. v. 1. p. 889-908.

_____. O juízo de admissibilidade no sistema dos recursos civis. *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado da Guanabara*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 76-222, 1968.

_____. *Questões prejudiciais e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.

_____. Questões prejudiciais e questões preliminares. In: *Direito processual civil: ensaios e pareceres*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

_____. Sobre pressupostos processuais. In: *Temas de direito processual civil: quarta série*. São Paulo : Saraiva, 1989.

NALINI, José Renato. Direito subjetivo, interesse simples, interesse legítimo. *Revista de processo*, São Paulo, v. 10, n. 38, p. 240-250, abr./jun. 1985.

NEGRÃO, Theotônio *et al.*. *Código de processo civil e legislação processual em vigor*. 49. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

NEVES, Celso. *Estrutura fundamental do processo civil: tutela jurídica processual, ação, processo e procedimento*. Rio de Janeiro : Forense, 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Interesse recursal eventual e o recurso adesivo condicionado ao julgamento do recurso principal. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 32, p. 33-45, nov. 2005.

_____. Interesse recursal e sucumbência. *Revista dialética de direito processual*, São Paulo, n. 45, p. 9-20, dez. 2006.

_____. *Manual de direito processual civil*. 9. ed. Salvador : Juspodivm, 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. Agravo de instrumento e perda superveniente de interesse processual: questão não decidida. *Soluções práticas de direito*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, set. 2014. v. 10. p. 327-349.

_____. *Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 1993.

_____. Suspensão de segurança: agravo contra liminar. *Soluções práticas de direito*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, set. 2014. v. 10. p. 663-720.

_____. *Teoria geral dos recursos*. 6. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

_____. NERY, Rosa Maria de. *Código de processo civil comentado*. 16. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

NOLASCO, Rita Dias. CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz. Cabimento, admissibilidade, extensão do sobrestamento dos processos e da tese fixada – no incidente de resolução de demandas repetitivas. In: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. p.

NUNES, Dierle; CARVALHO, Mayara de. Arts. 13 a 15. TUCCI, José Rogério Cruz e *et al.* (coord.). *Código de processo civil anotado*. São Paulo : AASP, 2019. e-book.

NUNES, Dierle; DUTRA, Victor Barbosa; OLIVEIRA JÚNIOR, Délio Mota de. Honorários no recurso de apelação e questões correlatas. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coord.). *Honorários advocatícios*. Salvador : Juspodivm, 2016. p. 635-661.

OLIVEIRA JÚNIOR, Zulmar Duarte. Art. 996. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca *et al.*. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015*. São Paulo : Método, 2017. p. 973-981.

_____. Art. 1.009. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca *et al.*. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015*. São Paulo : Método, 2017. p. 1.026-1.036.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Do formalismo no processo civil: proposta de um formalismo-valorativo*. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

_____. O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 29, n. 113, p. 9-21, jan./fev. 2004.

OLIVEIRA, Paulo Mendes. Negócios processuais e o duplo grau de jurisdição. In: CABRAL, Antônio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios processuais*. Salvador : Juspodivm, 2015. p. 417-443.

OLIVEIRA, Pedro Miranda. *O novíssimo sistema recursal conforme o CPC/15*. Florianópolis : Empório do Direito, 2016.

PANTOJA, Fernanda Medina; HOLZMEISTER, Verônica Estrella. O agravo de instrumento contra decisão parcial e a impugnação de decisões interlocutórias anteriores. In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coord.). *Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 81-99.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *A ação no direito processual civil*. Reedição. Salvador : Juspodivm, 2014.

PISANI, Andrea Proto. *Lezioni di diritto processuale civile*. 6 ed. com atualizações aos cuidados do autor e de Remo Caponi. Napoli : Jovene, 2014.

POITTEVIN, Ana Laura González. *Recorribilidade das decisões interlocutórias*. Curitiba : Juruá, 2008.

PROVINCIALI, Renzo. *Delle impugnazioni in generale*. Napoli : Morano, 1962.

PUGLIESE, Giovanni. Introducción. In: WINDSCHEID, Bernhard; MUTHER, Theodor. *Polemica sobre la “actio”*. Traducción del alemán por Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires : Ejea, 1974.

REALE JÚNIOR, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. ajustada ao novo Código Civil. São Paulo : Saraiva, 2002.

REDENTI, Enrico. *Diritto processuale civile*. 2 .ed. Milano : Giuffrè, 1957. v. 1.

REDONDO, Bruno Garcia; RODRIGUES, Marco Antônio. Apelação voluntária parcial e reexame necessário complementar: a prerrogativa da devolução integral das questões contrárias à Fazenda Pública. In: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência após o primeiro ano de vigência do novo CPC*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. p. 257-262.

ROCCO, Ugo. *Trattato di diritto processuale civile*. 2. ed. Torino : Torinese, 1966. v. 3.

RODRIGUES, Daniel Colnago. Ainda e sempre a intervenção anômala dos entes públicos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 44, n. 294, p. 149-165, ago. 2019.

RODRIGUES, Fábio Polli. *Impugnação das decisões intercalares: comparações no tempo e no espaço*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Suspensão de segurança : sustação da eficácia de decisão judicial proferida contra o poder público*. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

RODRIGUES, Marco Antônio. *Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação*. 1. ed. São Paulo : Atlas, 2017.

_____; TIBURCIO, Antônio Augusto. Problemas sobre a decisão que nega processamento a recurso especial/extraordinário: unirrrecorribilidade, efeito devolutivo e fungibilidade. *Revista de processo*, São Paulo, v. 43, n. 284, out. 2018. p. 261-294.

RODRIGUES, Walter Piva. Verba honorária sucumbencial, em especial a instituição de ‘honorários recursais’. *Cadernos jurídicos da Escola Paulista da Magistratura*, São Paulo, v. 16, n. 41, p. 133-140, jul./set. 2015.

ROQUE, André Vasconcelos. Art. 987. In: GAJARDONI, Fernando da Fonseca *et al.*. *Execução e recursos: comentários ao CPC de 2015*. São Paulo : Método, 2017. p. 888-893.

SALLES, Carlos Alberto de. Processo (in)civil: desprocedimentalização e segurança jurídica-processual no CPC de 2015. In: AMADEO, Rodolfo Manso Real da Costa *et al.* (org.). *Direito processual civil contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Walter Piva Rodrigues*. Indaiatuba : Foco, 2019. p. 33-44.

SALVANESCHI, Laura. *Interesse ad impugnare*. Milano : Giuffrè, 1990.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 23 ed. rev. e atual. por Aricê Moacyr Amaral Santos. São Paulo : Saraiva, 2004. v. 1.

_____. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 26. ed. atual. por Maria Beatriz Amaral Santos. São Paulo : Saraiva, 2013. v. 3.

SASSANI, Bruno. *Lineamenti del processo civile italiano*. 6. ed. Milano : Giuffrè, 2017.

SATTA, Salvatore, *Diritto processuale civile*. 9. ed. rev. e ampl. a cura di Carmine Punzi. Padova : Cedam, 1981.

_____. Interesse ad agire e legittimazione. *Il Foro Italiano*, Roma, v. 77, n. 8, 1954. p. 169-178. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23145641>. Acesso em 24 ago. 2019.

SENRA, Alexandre. *A coisa julgada no código de processo civil de 2015: premissas, conceitos, momentos de formação e suportes fáticos*. Salvador : Juspodivm, 2017.

SHIMURA, Sérgio Seiji. Considerações sobre a teoria geral dos recursos no Código de Processo Civil de 2015. *Cadernos jurídicos da Escola Paulista da Magistratura*, São Paulo, v. 16, n. 41, p. 117-131, jul./set. 2015.

_____. O princípio da inafastabilidade da jurisdição revelado por meio do recurso de embargos de declaração. *Revista Mestrado em Direito UNIFIEO*, Osasco, v. 7, n. 2, p. 145-168, jul./dez. 2007.

SICA, Heitor Vítor Mendonça. Comentários aos artigos 1.015 a 1.020. In: STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (org.). *Comentários ao código de processo civil*. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2017.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo : Atlas, 2011.

_____. O advogado e os honorários de sucumbência no novo CPC. In: COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe (coord.). *Honorários advocatícios*. Salvador: Jus Podivm, 2016.

_____. *Preclusão processual civil*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

_____. Recorribilidade das interlocutórias e sistema de preclusões no novo CPC: primeiras impressões. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.*. *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. 189-230.

SIDOU, J.M. Othon (org.). *Dicionário jurídico: academia brasileira de letras jurídicas*. 4. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1996.

SILVESTRI, Elisabeta. L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, ano 51, v. 3, p. 679-698, set. 1997.

SIQUEIRA, Marcela; LIPIANI, Julia. Negócios processuais sobre a fase recursal. In: CABRAL, Antônio do Passo (org); NOGUEIRA, Pedro Henrique (org.). *Negócios processuais*. Salvador : Juspodivm, 2015. p. 445-479.

TALAMINI, Eduardo. Do *amicus curiae*: art. 138. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al.* (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016.

_____. Interesse recursal. In: ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.); DOTTI, Rogéria (org.). *O processo civil entre a técnica processual e a tutela dos direitos: estudos em homenagem a Luiz Guilherme Marinoni*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2017. p. 807-826.

_____. Remessa necessária (reexame necessário). *Revista de Direito Administrativo Contemporâneo*, São Paulo, v. 4, n. 24, p. 129-145, maio/jun. 2016.

_____; WLADECK, Felipe Sripes. Disposições gerais: arts. 994 a 1.008. In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo : Saraiva, 2017. v. 4.

TARELLO, Giovanni. *Dottrine del processo civile: studi storici sulla formazione del diritto processuale civile*. Bologna : Il Mulino, 1989.

TEMER, Sofia. Recursos no incidente de resolução de demandas repetitivas: quem pode recorrer da decisão que fixa a tese jurídica? In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHLBACH, Marcela (coord.). *Recursos no CPC/2015: perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 403-420.

THAMAY, Renan Faria Krüger. Comentários sobre a fungibilidade recursal: do código de 1939 ao novo código de processo civil. *Revista de processo*, São Paulo, v. 40, n. 248, p. 185-205, out. 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum*. 58. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2017. e-book.

_____. *Curso de direito processual civil*. 50. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2017. v. 3. e-book.

_____. *et al.. Novo CPC: fundamentos e sistematização*. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2016.

TISCINI, Roberta. *Le categorie del processo civile*. Torino : Zanichelli, 2017.

TOVAR, Leonardo Zehuri. O pedido de suspensão de segurança: sistematização e mudanças à luz no NCPC/15. In: ARAÚJO, José Henrique Mouta, CUNHA, Leonardo Carneiro da, RODRIGUES, Marco Antônio (coord.). *Fazenda pública*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador : Juspodivm, 2016. p. 295-330.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Espírito do processo civil moderno na obra de Rudolph Von Ihering. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 87, p. 23-36, jan./dez. 1992.

_____. *Francesco Carnelutti: vida e obra. Contribuição para o estudo do processo civil*. São Paulo : Migalhas, 2018.

_____. *Giuseppe Chiovenda: vida e obra. Contribuição para o estudo do processo civil*. São Paulo : Migalhas, 2018.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Precedente judicial como fonte do direito*. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

UZEDA, Carolina. *Interesse recursal*. Salvador : Juspodivm, 2018.

VASCONCELOS, Ronaldo. Panorama contemporâneo da recorribilidade de decisões interlocutórias. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos *et al.* (org.). *Processo civil contemporâneo: homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior*. Rio de Janeiro : Forense, 2018. p. 830-845.

WACH, Adolf. *Manual de derecho procesal civil*. Traducción de Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires: EJEa, 1977. v. 1.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Capítulo I – Disposições gerais (arts. 994 a 1.008). In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (org.). *Comentários ao novo código de processo civil*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Forense, 2016. p. 1.487-1.505.

_____. O óbvio que não se vê: a nova forma do princípio da fungibilidade. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 137, p. 134-138, jul. 2006.

_____. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

WINDSCHEID, Bernhard; MUTHER, Theodor. *Polemica sobre la “actio”*. Traducción del alemán por Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires : Ejea, 1974.

YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In: CABRAL, Antônio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (org.). *Negócios processuais*. Salvador : Juspodivm, 2015. p. 63-80.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. Precedentes normativos formalmente vinculantes. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie *et al.* (coord.). *Precedentes*. Salvador : Juspodivm, 2015. p. 407-423.

ZUFELATO, Camilo. Legitimidade recursal do *amicus curiae* no novo CPC. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 33-38, maio 2015.

ZVEIBIL, Daniel Guimarães. Ampliação dos limites objetivos da coisa julgada no NCPC e o fantasma da simplificação desintegradora. In: MACÊDO, Lucas Buril de *et al.* (org.). *Novo CPC: doutrina selecionada: procedimento comum*. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 2. p. 593-615.

REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

Superior Tribunal de Justiça. Agravo em recurso especial n. 1225354/SP, 1. Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE 11 set. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no agravo em recurso especial n. 1355997/PI, 3. Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJE 15 abr. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no agravo em recurso especial n. 1287043/RJ, 2. Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE 06 mar. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no agravo em recurso especial n. 1271713/SP, 3. Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJE 01 mar. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no conflito de competência n. 152972/DF, 1. Seção, Rel. Min. Francisco Falcão, DJE 19 abr. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no recurso especial n. 1594492/RJ, 2. Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE 23 fev. 2017.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno nos embargos de declaração no agravo em recurso especial n. 1254265/SP, 1. Turma, Relator Min. Sérgio Kukina, DJE 14 mar. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno nos embargos de declaração no recurso especial n. 1726734/SP, 1. Turma, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJE 15 out. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno nos embargos de divergência em recurso especial n. 1160906/BA, Corte Especial, Rel. Min. Gilson Dipp, DJE 13 set. 2012.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no agravo em recurso especial n. 872787/SC, 6. Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJE 16 maio 2016.

Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no recurso especial n. 1395995/SC, 1. Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE 10 abr. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento n. 1002596/SC, 6. Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJE 23 fev. 2015.

Superior Tribunal de Justiça. Pedido de reconsideração no agravo em recurso especial n. 1113282/RJ, 4. Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJE 18 abr. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Petição no agravo regimental no recurso especial n. 1556881/PB, 2. Turma, Rel. Des. convocada Diva Malerbi, DJE 02 jun. 2016.

Superior Tribunal de Justiça. Questão de ordem no recurso especial n. 1063343/RS, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrichi. DJE 04 jun. 2009.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial 1260595/SP, 2. Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE 30 ago. 2011.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1586629/RS, 3. Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, DJE 03 out. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1671940, 2. Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJE 31 out. 2017.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1696396/MT, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJE 19 dez. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1704520/MT, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJE 19 dez. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1721235/SP, 2. Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE 02 ago. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 1721705/SP. 3. Turma. Rel. Min. Nancy Andrighi. DJE 06 set. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 635926/RS, 5. Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 03 out. 2005.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 833969/MG, 1. Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJE 23 abr. 2010.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 905771/CE, Corte Especial, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJE 19 ago. 2010.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário em mandado de segurança n. 55575/PE, 2. Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE 23 nov. 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Suspensão de segurança n. 2397/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Ari Pargendler, DJE 14 maio 2012.

Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 396989/GO, 1. Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Mello, DJ 03 mar. 2006.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de instrumento n. 21154081520178260000, 28. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. César Lacerda, Data do julgamento: 18 jul. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de instrumento n. 22461604120188260000, 2. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. José Joaquim dos Santos, Data do julgamento: 19 dez. 2018

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo interno n. 21083693020188260000, 26. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Vianna Cotrim, Data do julgamento: 19 jun. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo interno n. 22498978620178260000, 37. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Sérgio Gomes, Data do julgamento: 17 abr. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo regimental n. 10345882520148260002, 1. Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Des. Fortes Barbosa, Data do julgamento: 02 jul. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10023102220188260360, 2. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luciana Almeida Prado Bresciani, Data do julgamento: 05 jul. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10023538820188260220, 37. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto, Data de julgamento: 19 jun. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10033308520188260477, 30. Câmara de Direito Privado. Rel. Des. Maria Lúcia Pizzotti, Data do julgamento: 12 jun. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10069495820168260100, 5. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Erickson Gavazza Marques, Data do julgamento: 20 jun. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10107408320178260590, 32. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Caio Marcelo Mendes de Oliveira, Data do julgamento: 27 jun. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10179566520178260309, 11. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Renato Rangel Desinano, Data do julgamento: 10 jun. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10274438520168260053, 8. Câmara de Direito Público, Rel. Des. Ponte Neto, Data do julgamento: 20 mar. 2019.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10280983720168260577, 31. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Carlos Nunes, Data do julgamento: 17 abr. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 10402150820168260562, 2. Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Des. Ricardo Negrão, Data do julgamento: 18 jun. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Embargos de declaração n. 10127711720148260482, 15. Câmara de Direito Privado, Rel. Des. José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto, Data do julgamento: 11 set. 2017.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação n. 1511046, 6. Turma, Rel. Juiz convocado Herbert de Bruyn, DJE 20 set. 2013.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação n. 1792797, 6. Turma, Rel. Des. Fed. Consuelo Yoshida, DJE 27 abr. 2017.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação n. 50022496420174036128, 10. Turma, Rel. Des. Fed. Sérgio Nascimento, DJE 18 jun. 2019.